

NILZO IVO LADWIG
JULIANA DEBIASI MENEGASSO
(Organizadores)

ÁREAS PROTEGIDAS E TURISMO

Atena
Editora
Ano 2022



NILZO IVO LADWIG
JULIANA DEBIASI MENEGASSO
(Organizadores)

ÁREAS PROTEGIDAS E TURISMO

Atena
Editora
Ano 2022



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

Léo Matei Baschirotto

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Nilzo Ivo Ladwig
Juliana Debiasi Menegasso

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A678 Áreas protegidas e turismo / Organizadores Nilzo Ivo Ladwig, Juliana Debiasi Menegasso. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0313-5

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.135221307>

1. Proteção ambiental. 2. Turismo. I. Ladwig, Nilzo Ivo (Organizador). II. Menegasso, Juliana Debiasi (Organizadora). III. Título.

CDD 333.714

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



PREFÁCIO

Natureza e sociedade; áreas protegidas e seus valores

Por que precisamos da natureza?

Pelo paradigma dos parques nacionais, desde aproximadamente há um século e meio, a visitação era praticamente tão importante quanto a conservação. Era a sociedade que se urbanizava e sentia falta da interação com a natureza. No início desse modelo, embora se apreciasse a importância e a riqueza da fauna e da flora, não estava estabelecido o uso do conceito de biodiversidade. A paisagem, cênica, era um indicativo fundamental da importância da área a ser conservada. Ainda mais que, por trás do conceito de parques nacionais, vinham os interesses de demarcação e domínio, particularmente nos países das 'novas Europas', em consolidação territorial.

Hoje entendemos que há múltiplos benefícios oferecidos pela natureza conservada, como mostrado pela organização conceitual dos serviços dos ecossistemas, pela Avaliação do Milênio sobre Ecossistemas (no início deste século), e pelo conceito atual de soluções baseadas na natureza. Ainda que com fortes relações com os esforços para minimização e enfrentamento às mudanças climáticas, essas soluções são aplicáveis muito mais amplamente. E geralmente são mais apropriadas do que aquelas somente baseadas em obras, engenharia e tecnologias distantes dos processos ecológicos. As soluções baseadas na natureza tendem a ser mais adaptáveis, eficazes, baratas e podem oferecer resultados mais rápidos.

A biodiversidade e os processos ecológicos, em suas concepções mais atuais, se agregam a vários outros valores da natureza conservada, como proteção de águas, paisagens, reservas de recursos naturais e uma gama de valores culturais. De fato, se a degradação da natureza é produto dos modelos de desenvolvimento adotados pela humanidade, parece claro que houve uma ruptura conceitual, mais marcante, entre natureza e sociedade, pela Revolução Industrial. Com isso, tendemos a dissociar elementos que são intrinsecamente associados e adotamos a perspectiva equivocada de que a tecnologia humana poderia resolver qualquer problema, sozinha.

Cada vez fica mais claro que a natureza conservada é fundamental para o bem-estar humano (psicológico e físico, se for possível separar). Desde as paisagens mais agradáveis, a promoção da 'respiração' das cidades e o estímulo a atividades ao ar livre e à socialização, até a pesquisa, o conhecimento e a educação, o lazer e as funções de minimização de danos de desastres (que alguns ainda chamam de 'naturais'), passando pelo uso sustentável por comunidades tradicionais, entre tantas outras razões.

Mas não devemos desconsiderar os valores culturais, inclusive místicos. Ainda que existam passagens sobre o domínio da humanidade sobre a natureza, nos conceitos,

nos textos ou na tradição oral de crenças e religiões, em praticamente todas elas existem também a relação entre elementos naturais e divindades e a responsabilidade de cuidar da natureza, por muitos considerada 'obra de deus'. As histórias dos lugares (locais com relações culturais e eventualmente emocionais) estão impregnadas de valores culturais dos elementos naturais. O próprio conceito de paisagem, em muitas perspectivas, implica na relação entre pessoas e o meio.

Essas relações voltaram a aflorar com o novo paradigma das áreas protegidas, declarado como reconhecido ao redor de 2003, e a recuperação da história das áreas protegidas prévia ao modelo dos parques nacionais. A própria ciência e os esforços de conservação são produtos da matriz cultural de cada uma das sociedades (ou 'civilizações', segundo alguns).

Isso sem mencionar as perspectivas que reconhecem os direitos da própria natureza. É interessante observar, pelo indicador das recentes constituições nacionais (documentos legais maiores) de países da América do Sul (Brasil, Colômbia, Equador, Bolívia e agora o processo no Chile), como a relação com a natureza vem ganhando melhor espaço, em associação com a melhoria do reconhecimento de direitos sociais, inclusive ao 'bem-viver'.

Por que precisamos das áreas protegidas?

Se a destruição da natureza é fruto de processos sociais, igualmente o são os esforços para a sua conservação. Ainda que possamos concordar com a dificuldade de entender ou aceitar uma sociedade que precisa 'cercar' (ou delimitar) uma área natural para protegê-la de si mesma, devemos admitir que, num mundo em geral não sustentável, as áreas protegidas (no seu conceito internacional, similar à definição legal de unidades de conservação no Brasil) tem funções fundamentais. Elas são o principal mecanismo já inventado pela humanidade para a conservação da natureza e sua biodiversidade, incluindo valores culturais associados. Mas, como ficou claro no modelo dos parques nacionais, são também um dos melhores instrumentos para permitir ou promover o acesso da sociedade aos benefícios da natureza conservada.

Com a evolução dos conceitos e das práticas associados à governança e à gestão das áreas protegidas, as possibilidades e propósitos da sua visita se ampliaram e se diversificaram. Nessas relações entre sociedade e natureza, viabilizada pelas áreas protegidas, os motivos e interesses são múltiplos. A própria sociedade é cada vez melhor reconhecida nas suas diversidades. E cada lugar, cada área protegida, deve ter uma visita associada às suas condições e particularidades.

Como em todas as atividades humanas, o turismo pode trazer benefícios, mas traz também riscos potenciais. Uma das vantagens claras das áreas protegidas é promover o desenvolvimento local ou regional, sobretudo considerando os potenciais do turismo. Não obstante, se a visita atual nas áreas protegidas deve considerar a multiplicidade de interesses e a diversidade de oportunidades, o turismo deve ter fortes relações com

os lugares. O desenvolvimento a partir do turismo de natureza deve ser sustentável e particularizado. Cada visita deve propiciar experiências diferentes, talvez complementares, eventualmente progressivas, mas específicas. É a associação entre natureza e história e valores culturais. Promover o desenvolvimento a partir das características da sociedade local e respeitar os direitos dos povos e comunidades tradicionais.

Hoje se reconhece melhor a diversidade própria das unidades de conservação, assim como outros tipos de áreas protegidas e conservadas. A própria Convenção sobre a Diversidade Biológica estimula considerar a importância e a integrar outros mecanismos espaciais eficazes de conservação (ou áreas conservadas) em sistemas, articulados com os sistemas de unidades de conservação. Praticamente em todas as categorias de gestão (principalmente em relação a conjuntos de objetivos) e tipos de governança (principalmente em relação ao protagonismo de diferentes atores sociais) de unidades de conservação podem receber visitação, ainda que cada um com características e limitações próprias. O mesmo potencialmente ocorre com outros tipos de áreas protegidas e conservadas.

O conceito de território é diversificado segundo as disciplinas, mas traz em si algo de domínio sobre um espaço e seus elementos. A própria Constituição Brasileira de 1988 determina a definição de espaços territoriais especialmente protegidos em todas as unidades da federação e define a defesa do meio ambiente ecologicamente equilibrado como responsabilidade do poder público e da sociedade. (Ou seja, não o define com características discricionárias, mas como um 'poder-dever' de todos, inclusive de todas as instâncias governamentais, nos três poderes, nos três níveis, na medida da defesa da qualidade ambiental.) Com os tipos de governança de áreas protegidas e conservadas e com o melhor reconhecimento dos direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais, temos o fortalecimento do seu direito aos seus territórios.

Assim, áreas protegidas, paisagens, territórios e bem-estar estão intrinsecamente relacionados.

Que desafios se nos apresentam?

Se o direito à qualidade ambiental, à natureza conservada e ao acesso aos seus benefícios são direitos cada vez mais fortemente reconhecidos como de todos, parte dos direitos humanos fundamentais, e se muitos reconhecem os direitos da própria natureza, cabe à governança e à gestão das áreas protegidas, sobretudo em seus sistemas e outros conjuntos, promover a sua adequada distribuição, servir para promover a equidade, contribuir para a redução das desigualdades de todos os tipos.

Se é fundamental para a biodiversidade e para a minimização das mudanças climáticas, entre outras razões, a manutenção de grandes áreas conservadas, bem conectadas e integradas em suas (sub)regiões, é cada vez mais importante, para uma parcela cada vez maior da sociedade, a presença de diferentes tipos de áreas protegidas em cidades, em zonas periurbanas ou próximo a elas. Destacam-se funções de lazer, de

qualidade da vida urbana, da promoção da saúde e do bem-estar e do enfrentamento às mudanças climáticas.

Precisamos de verdadeiros sistemas e subsistemas de unidades de conservação, efetivamente funcionais (como queremos ter para a saúde, para a educação, para os transportes etc.) e seu relacionamento com outros tipos de áreas protegidas e conservadas. As categorias de gestão e os tipos de governança de áreas protegidas devem ser entendidos como complementares, com resultados alcançados por sua sinergia. A boa governança, a equidade com distribuição local de benefícios, as equipes especializadas e dedicadas e os recursos econômicos regulares são indispensáveis para uma boa gestão dos conjuntos de áreas protegidas.

Um dos principais equívocos na gestão das áreas protegidas é promover o afastamento, a desconexão da sociedade. Todas as soluções, desde o bem-estar humano até a eficácia dos sistemas de áreas protegidas, dependem da reconexão da sociedade com a natureza e sua valorização. Precisamos de uma conservação colaborativa.

PAISAGEM E TERRITÓRIO EM ÁREAS PROTEGIDAS E NO TURISMO

A compreensão do contexto dos nossos parques nacionais, os conflitos gerados pela conservação, que podem normais ou exacerbados pela má governança, mas que devem ser considerados na gestão, a relação das áreas protegidas com seu entorno, a diversidade de elementos de interesse, a percepção da sociedade sobre os elementos naturais, as prioridades de conservação, os conhecimentos tradicionais, as relações entre áreas protegidas e pesquisa, conhecimento e educação e áreas urbanas, os potenciais e riscos econômicos e culturais do turismo são frentes muito importantes na necessidade da boa gestão e da boa governança de cada unidade de conservação e dos sistemas de áreas protegidas e conservadas.

O magnífico livro preparado por Ladwig e Menegasso traz elementos fundamentais, tanto de entendimento da realidade que temos, estudando sua história, a percepção da sociedade, como projeção de necessidades, diretrizes e possibilidades futuras.

Boa leitura! Bom proveito! Boas ações!

Cláudio C. Maretti¹

¹ Pesquisador, pós-doutorando sobre conservação colaborativa e áreas protegidas, na Geografia da USP, consultor e voluntário. Ex-dirigente de sistemas de áreas protegidas, coordenador do congresso latino-americano de 2019 (III CapLac), membro do Comitê de Especialistas da Lista Verde de Áreas Protegidas e Conservadas para o Brasil e da Comissão Mundial de Áreas Protegidas da UICN.

APRESENTAÇÃO

O livro que apresentamos à comunidade acadêmica é resultante do XII Seminário de Pesquisa em Planejamento e Gestão Territorial (SPPGT), que ocorreu em 2021, de forma remota, em função da pandemia COVID-19. O evento é organizado anualmente pelo Laboratório de Planejamento e Gestão Territorial (LabPGT) e pelo Laboratório de Arqueologia Pedro Ignácio Schmitz (LAPIS).

A edição de 2021 teve como temática Paisagem e Território, termos que são normalmente aceitos como um caminho na promoção do desenvolvimento sustentável em diferentes escalas de planejamento, do local ao regional.

O XII SPPGT foi organizado em formato de Grupos de Trabalhos (GTs), sendo que os GTs de Paisagem e Território em Áreas Protegidas e Paisagem e Território no Turismo, promoveram discussões considerando, áreas protegidas como um conjunto mais amplo de espaços geográficos protegidos que abrangem as unidades de conservação, área de preservação permanentes, reservas legais, territórios indígenas e quilombolas e os Geoparques Mundiais da Unesco, suas relações com o turismo, uma vez que a paisagem assume papel central na atração de turistas, sendo importante no planejamento e na gestão territorial.

A socialização dos resultados do Seminário é peça fundamental na construção de uma ponte entre as universidades, os pesquisadores e a comunidade. O evento continua mantendo a proposta inicial desde a primeira edição do SPPGT, em 2010, que sempre foi a de trabalhar interdisciplinarmente, buscando sua consolidação e o reconhecimento nacional, e recebendo participantes, apresentadores e palestrantes de diversas áreas científicas e regiões do País. Fruto disso, foi o apoio da Capes e da Fapesc, juntamente com outros apoiadores, mostrando um caminho de excelência em pesquisa. O livro está dividido em 14 capítulos, o capítulo de abertura traz a evolução conceitual dos parques nacionais brasileiros.

O livro segue abordando os conflitos socioambientais em áreas protegidas, a evolução conceitual na legislação das zonas de amortecimento, as ameaças ao geopatrimônio decorrentes do uso inadequado de geoparques, impactos socioeconômicos gerados pelo turismo no entorno de parques, a necessidade de políticas públicas voltadas para o turismo, a importância do mapeamento das paisagens turísticas e a da educação turística.

Nosso singelo agradecimento a todos e todas que estão desde o início nessa empreitada, bem como àqueles que vêm se incorporando ao nosso projeto de debate e divulgação científica. Vale destacar também a grata participação da Capes e da Fapesc, o fomento disponibilizado por ambas foi importante para a qualificação do evento. Nossos cordiais agradecimentos aos apoiadores institucionais, às empresas, às pessoas e às

entidades, pois, destes dependemos para a correta harmonia entre o planejamento e a execução do seminário e desta publicação.

Uma boa leitura e até a próxima publicação!

Nilzo Ivo Ladwig
Juliana Debiasi Menegasso

SUMÁRIO

PARTE I - PAISAGEM E TERRITÓRIO EM ÁREAS PROTEGIDAS

CAPÍTULO 1..... 1

EVOLUÇÃO CONCEITUAL DOS PARQUES NACIONAIS BRASILEIROS

Flávia Alves Moreira

Carolina Ribeiro Gomes

Wanderley Jorge Silveira Júnior

Geraldo Majela Moraes Salvio

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1352213071>

CAPÍTULO 2..... 20

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM ÁREAS PROTEGIDAS: O ESTUDO DE CASO DE QUATRO PARQUES NACIONAIS EM MINAS GERAIS-BRASIL


Flávia de Araújo Neri

Wanderley Jorge da Silveira Junior

Cléber Rodrigo de Souza

Alessandra Rezende Pereira

Natália Oliveira Dias

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1352213072>

CAPÍTULO 3..... 35

ZONA DE AMORTECIMENTO EM ÁREA NATURAL PROTEGIDA: EVOLUÇÃO CONCEITUAL NA LEGISLAÇÃO DE MINAS GERAIS E DO BRASIL

Sther do Carmo Haramoto

José Emilio Zanzirolani de Oliveira

Geraldo Majela Moraes Salvio

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1352213073>


CAPÍTULO 4..... 49

AMEAÇAS AO GEOPATRIMÔNIO DO GEOPARQUE CAMINHOS DOS CÂNIOS DO SUL (RS/SC)

Marina Tamaki de Oliveira Sugiyama

Maria Carolina Villaça Gomes

Jairo Valdati

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1352213074>

CAPÍTULO 5..... 68

A SUBJETIVAÇÃO E O ESAZIAMENTO DE SIGNIFICADO DOS ESPAÇOS NATURAIS NA HIPERMODERNIDADE DISTÓPICA: O PARADOXO DA FLORESTA NACIONAL DE CANELA

Demétrio Ribeiro de Andrade Neto


Márcia Santos Ramos Berreta

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1352213075>

CAPÍTULO 6..... 87

ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE NO MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA, SANTA CATARINA, BRASIL


Nícolas Firmiano Flores
Marcelo Dutra de Farias
Fátima Elizabeti Marcomin
Rodrigo Rodrigues de Freitas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1352213076>

CAPÍTULO 7..... 105

CONHECIMENTO TRADICIONAL DE RAIZEIROS E USO DE PLANTAS MEDICINAIS NO ENTORNO DE ÁREAS PROTEGIDAS: UM ESTUDO DE CASO DA SERRA DE SÃO JOSÉ, MINAS GERAIS

Geovana Fernanda Joana
Wanderley Jorge da Silveira Junior
Thallita Mayra Soares Fernandes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1352213077>

CAPÍTULO 8..... 121

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E A IMPLEMENTAÇÃO DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DO CUIÁ NA CIDADE DE JOÃO PESSOA-PB


Felipe Salles Pinto
Gabriel Souza de Lira
Henrique Elias Pessoa Gutierrez
Joel Silva dos Santos
Lucas Gabriel Feitosa Dantas
Virginia Maria Magliano de Moraes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1352213078>

CAPÍTULO 9..... 131

A UNIDADE DE CONSERVAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA URBANA E AMBIENTAL EM CAMPINAS, SÃO PAULO: DESAFIOS E POTENCIALIDADES

Ricardo Silveira Orlando

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1352213079>





PARTE II - PAISAGEM E TERRITÓRIO NO TURISMO

CAPÍTULO 10..... 147

IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS GERADOS PELO TURISMO: UM ESTUDO DE CASO NO ENTORNO DO PARQUE DE IBITIPOCA

Monah Rhemann Baeta
Thallita Mayra Soares Fernandes
Flávia Alves Moreira
Geraldo Majela Moraes Salvio
Wanderley Jorge da Silveira Junior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.13522130710>

CAPÍTULO 11	162
POLÍTICAS PÚBLICAS DO TURISMO NO CONTEXTO DO NEOLIBERALISMO: AS ESFERAS FEDERAL, ESTADUAL E O MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA-SC	
Egar Preis Junior	
João Henrique Zanelatto	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.13522130711	
CAPÍTULO 12	177
CICLOTURISMO E PAISAGEM A PARTIR DO MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA (SANTA CATARINA, BRASIL)	
Karina Martins da Cruz	
Caroline da Graça Jacques Paulino	
Dimas de Oliveira Estevam	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.13522130712	
CAPÍTULO 13	190
MAPEAMENTO DAS PAISAGENS COM POTENCIAL TURÍSTICO NO MUNICÍPIO DE CATALÃO – GOIÁS - BRASIL	
Alfredo Arantes Guimarães Silveira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.13522130713	
CAPÍTULO 14	206
EDUCAÇÃO TURÍSTICA: A PAISAGEM NO SABER-FAZER TURÍSTICO	
Alison Sapienza de Oliveira Valadão	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.13522130714	
SOBRE OS ORGANIZADORES	218

CAPÍTULO 12

CICLOTURISMO E PAISAGEM A PARTIR DO MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA (SANTA CATARINA, BRASIL)

Data de aceite: 02/05/2022

Karina Martins da Cruz

Doutoranda em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Caroline da Graça Jacques Paulino

Docente de Sociologia na Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

Dimas de Oliveira Estevam

Docente de Economia na Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

RESUMO: A análise socioeconômica sobre os fenômenos que envolvem o cicloturismo demonstra que a atividade movimenta economias globais e locais por meio do desenvolvimento de projetos de infraestrutura, estímulo na geração de empregos e mobilização das comunidades para uma maior participação social e política. Na região do extremo sul catarinense, especialmente nos municípios de Nova Veneza, Siderópolis e Treviso, o cicloturismo surge vinculado à paisagem rural e natural composta por um relevo favorável para práticas esportivas associados a pequenos empreendimentos no entorno da Reserva Biológica Estadual do Aguaí. O objetivo deste artigo é entender como o cicloturismo é praticado no extremo sul catarinense, dentre os seus principais atrativos, pontos de encontro e de parada frequentes, além da organização/articulação entre os atores sociais, visando apoiar possíveis ações de planejamento e gestão

territorial. Foram adotados alguns princípios da metodologia de hierarquização dos atrativos turísticos da Organização Mundial de Turismo e do Centro Interamericano de Capacitação Turística (CICATUR), adaptado pelo Ministério do Turismo (2007). A matriz conceitual está estruturada no potencial de atratividade somada a critérios de desempenho, como o grau de uso e a representatividade, além do apoio local, a conservação, a infraestrutura e o acesso. A realidade sobre o cicloturismo na área em estudo, é proposta por meio das frequências e hábitos dos usuários do aplicativo *Strava* e do streaming *Youtube* com o cruzamento de informações para mapear os atrativos turísticos, pontos de parada e de encontro nos três municípios.

PALAVRAS-CHAVE: Cicloturismo; Paisagem Rural e Natural; Nova Veneza, Siderópolis e Treviso (SC).

INTRODUÇÃO

O crescimento dos centros urbanos e a aceleração da rotina das pessoas, coloca em evidência o contato com a natureza e a paisagem rural aliado à prática esportiva para manter a saúde e o bem-estar. Segundo dados da Associação Brasileira do Setor de Bicicletas, houve um aumento no Brasil de 118% na venda de bicicletas em julho de 2020, na comparação com o mesmo período do ano anterior, diante da possibilidade de distanciamento e fuga de aglomerações como meio de transporte e para o lazer durante o período da pandemia de

Covid-19 (ALIANÇA BIKE, 2020). Ao passo que a produção de bicicletas, acessórios e prestadores de serviços movimentam economias globais e locais, o desenvolvimento de projetos de infraestrutura e estímulo ao ciclismo e cicloturismo gera empregos e mobiliza comunidades para uma maior participação social e política (SERRANO; CESAR; PRADO, 2015).

É uma iniciativa atual do Ministério do Turismo em conjunto ao Ministério do Meio Ambiente e Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o mapeamento e identificação de rotas de cicloturismo envolvendo unidades de conservação em várias regiões brasileiras, como estímulo à atividade turística por meio da sinalização viária e dos parques, equipamentos para conservação dos percursos, construção de mirantes, entre outros (BRASIL, 2021). O planejamento territorial das rotas de cicloturismo pretende integrar as áreas protegidas com as ações dos municípios locais, viabilizando a infraestrutura para estimular investimentos em alimentação, hospedagem, agenciamento e guias de turismo.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 8, apresenta na meta 8.9 que, até 2030, o Brasil deve conceber o turismo sustentável como atividade econômica de caráter exploratório do meio natural, do patrimônio cultural e histórico, em especial das áreas protegidas, tendo como princípio zelar pela preservação frente às capacidades de suporte, repartição igualitária dos benefícios gerados com a comunidade local e promoção ao visitante de vivências com o meio natural garantindo a manutenção da qualidade da experiência e dos lugares para a atual e futuras gerações (IPEA, 2021). Assim, a estruturação do cicloturismo em uma determinada área protegida e na paisagem rural de entorno está relacionada ao ODS 8, visando o fortalecimento do trabalho decente e desenvolvimento econômico.

Para Milton Santos (2006), a paisagem é o conjunto distribuído das formas-objetos que exprimem em uma porção do território as sucessivas interações localizadas entre homem e natureza (SANTOS, 2006). O território envolve relações e parcerias entre os atores, como demandantes das representações individuais e coletivas, públicas e privadas, de moradores e turistas. A paisagem rural é para onde convergem “pessoas de fora” interessadas na fuga momentânea da vida urbana, incluindo nas características da paisagem o meio rural, a natureza, o patrimônio cultural, os costumes e artesanato local. No fomento à heterogeneidade de atividades e das paisagens que emolduram a ruralidade, ocorre uma transição entre o enfoque “setorial” para a abordagem “territorial” de desenvolvimento (ANJOS, 2003). Como adverte Ricardo Abramovay (2009), pesquisas apontam a tendência daqueles que vivem em áreas urbanas perceberem as áreas rurais mais como uma paisagem do que como local de produção, sendo que também é marcante a visão que associa o meio rural com a natureza.

Determinadas áreas rurais apresentam uma interligação viária que caracteriza a integração da paisagem rural e natural. O planejamento direcionado à roteirização do

cicloturismo é condicionado pela organização dos atrativos turísticos identificados ao longo da rota e dos roteiros. A rota é um percurso continuado e delimitado com uma identidade reforçada pela utilização turística do território. O roteiro é um itinerário mais curto e flexível, caracterizado por um ou mais elementos de parte da rota turística (STEFANI, 2014).

As rotas de longo curso, tanto em asfalto de rodovias quanto em estradas rurais e trilhas, apresentam potencial para fortalecer o turismo de proximidade e o de experiência, pois possibilita aos cicloturistas planejarem o seu próprio roteiro com pontos de parada contemplando a cultura e a biodiversidade locais. Em grupos ou de forma solitária, os cicloturistas procuram rotas e roteiros com variação nos graus de dificuldade para os seus treinos não competitivos e passeios organizados ou não por agências e guias de turismo.

PROXIMIDADES DA RESERVA BIOLÓGICA ESTADUAL DO AGUAÍ

Criciúma, na região sul do estado de Santa Catarina enquanto sede da Associação de Municípios da Região Carbonífera (AMREC)¹, contempla um diversificado desenvolvimento socioeconômico com os fluxos viários e o processo de expansão urbana, que repercute nos seus moradores a crescente procura por praias, áreas rurais e áreas protegidas próximas para atividades de lazer e passeios nos finais de semana. A distância é cerca de 40 km entre o litoral e as escarpas da Serra Geral coroadas na paisagem rural e natural pela Reserva Biológica Estadual (Rebio) do Aguai — de proteção integral, com criação pelo Decreto Estadual nº 19.635/1983 e área de 7.673 hectares — abrangendo os municípios de Nova Veneza (21,69%), Siderópolis (59,95%), Treviso (14,28%), Morro Grande (2,23%) e Bom Jardim da Serra (1,85%), que abriga importantes nascentes sob o bioma da mata atlântica (Instituto Socioambiental, 2021). Nesse sentido, alguns municípios fazem parte do chamado “Costão da Serra”, estabelecendo atrativos turísticos naturais na paisagem entre a planície colúvio-aluvionar e a unidade geomorfológica Serra Geral, em especial, nos limites de Nova Veneza, Siderópolis e Treviso (Figura 1).

A Rebio do Aguai é uma área protegida de uso indireto dos recursos naturais para fins de pesquisa e por isso a visitação é controlada devido às espécies encontradas e a manutenção hídrica de rios formadores da Bacia Hidrográfica do Rio Araranguá, na qual está localizada a barragem do Rio São Bento. Segundo Pieri (2014), na análise dos atrativos naturais distribuídos nos municípios existe uma “rota natural” entre os municípios de Nova Veneza, Siderópolis, Treviso, Lauro Müller, Orleans e Urussanga, que associa os municípios lindeiros à Rebio do Aguai com a proximidade da Serra do Rio do Rastro.

¹ A AMREC atualmente é composta por 12 municípios: Criciúma, Içara, Lauro Muller, Morro da Fumaça, Nova Veneza, Siderópolis, Urussanga, Araranguá, Jacinto Machado, Maracajá, Meleiro, Praia Grande, São João do Sul, Sombrio, Timbé do Sul e Turvo.

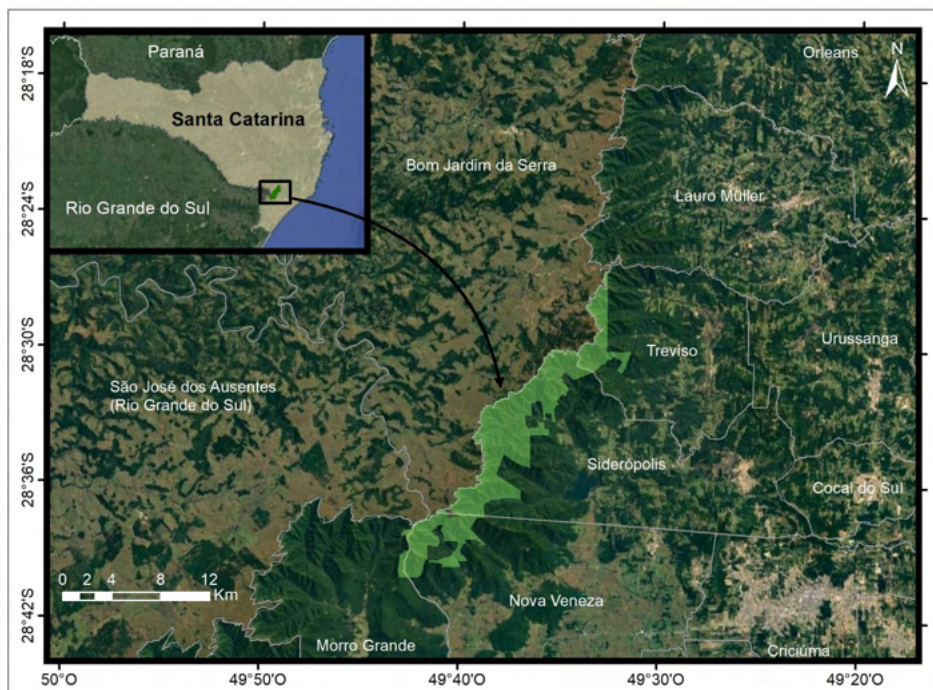


Figura 1 - Mapa de localização da Reserva Biológica Estadual (Rebio) do Açuá

Fonte: Ministério do Meio Ambiente (2021). Imagem: Google Earth

Caracterizam-se como centros de convergência para desenvolver o turismo da região, os atrativos culturais de Urussanga pelo seu conjunto histórico arquitetônico e o “Vale da Uva Goethe”, além daqueles encontrados em Nova Veneza, a exemplo da gastronomia e eventos culturais, edificações históricas e religiosidade católica. Entende-se que os atrativos naturais se localizam nas escarpas da Serra Geral e os atrativos culturais possuem uma distribuição mais homogênea nos municípios da AMREC (PIERI, 2014).

Na direção oeste de Criciúma, o município de Nova Veneza reforça as características culturais e reúne serviços de alimentação e algumas vinícolas, motivando o deslocamento dos moradores de Criciúma a uma demanda local permanente. No entanto, a espacialização dos atrativos turísticos aponta a sua concentração na área central de Nova Veneza, principalmente no entorno da Praça Humberto Bortoluzzi (MASTELLA; FARIAS, 2020).

NOVA VENEZA, SIDERÓPOLIS E TREVISÓ: O CICLOTURISMO

Vale destacar que Nova Veneza integra-se por meio das rodovias SC-446 e Ângelo Moro aos municípios de Siderópolis e Treviso, ambos com características de núcleos urbanos de pequeno porte rodeados pelo espraiamento da paisagem rural e natural. A população urbana é mais acentuada do que a rural nos municípios de Nova Veneza e

Siderópolis (Tabela 1), apesar da diversificação das propriedades de agricultores familiares locais. O total da população estimada para Nova Veneza, Siderópolis e Treviso é de 33.693 habitantes (IBGE, 2021):

Município	População urbana (Censo 2010)	População rural (Censo 2010)	População total (Censo 2010)	População Estimada (Estimativa 2021)	Taxa de crescimento (Estimativa 2019-2021)
Nova Veneza	8.927	4.382	13.309	15.515	2,3%
Siderópolis	10.051	2.947	12.998	14.176	1,21%
Treviso	1.833	1.694	3.527	4.002	1,86%

Tabela 1 - População de Nova Veneza, Siderópolis e Treviso

Fonte: IBGE Censo (2010); IBGE Cidades (2021).

A composição da paisagem reflete como é produzido o território. Dentre os agricultores familiares são identificados três grupos: a) aqueles inseridos no sistema agroalimentar convencional de aves e arroz como fornecedores a grandes indústrias; b) aqueles cuja característica principal é a sobrevivência por meio de rendas e atividades não agrícolas; c) aqueles de menor grupo que vendem seus produtos para mercados locais e regionais (SCARABELOT; SCHNEIDER, 2014).

O conceito de desenvolvimento territorial está ligado à organização social, econômica e política, uma vez que denota quem são os atores sociais que modificam e compõem a paisagem, que está ligada à dimensão da sua percepção por meio de um processo seletivo que chega aos sentidos (SANTOS, 1997). São agentes de mudança da paisagem enquanto recurso turístico os agricultores familiares em razão de estarem relacionados à pluriatividade por conta do dinamismo presente nos municípios da AMREC.

É nesse contexto que surgiu “de forma espontânea” por volta de 2013, o cicloturismo a partir de Nova Veneza vinculado à paisagem rural e natural composta por um relevo favorável para práticas esportivas associada à atividade turística no entorno da Rebio do Aguai (GONÇALVES, 2018)². A Tabela 2 a seguir, mostra a evolução dos prestadores de serviços turísticos que estão relacionados à demanda pelos atrativos culturais e naturais:

² A pesquisa de Gonçalves (2018) com 81 cicloturistas apontou a presença do turismo de proximidade em que, boa parte deles do sexo masculino, de 31 a 40 anos, viajando em grupos de amigos, foram identificados alguns praticantes vindos a uma distância máxima de 149 km de Nova Veneza. Em relação à motivação para a prática do cicloturismo, há um equilíbrio nas respostas entre exercício físico, natureza da região e desejo de aventura. A metade dos entrevistados prefere se hospedar em hotéis e outras parcelas significativas preferem casa de amigos ou camping.

Município	Nova Veneza		Siderópolis		Treviso	
	2014	2021	2014	2021	2014	2021
Tipo de Empresa/Ano						
Meios de Hospedagem						
Hotéis	3	4	1	1	-	-
Pousadas	-	1	2	5	1	4
Pensão/Hospedaria	1	1	1	3	-	4
Campings	-	-	3	4	2	2
Alimentação						
Restaurantes/churrascarias/pizzarias	11	15	7	11	7	4
Cafeterias/sorveterias/padarias	8	5	9	6	2	3
Bares noturnos/lanches	-	7	-	8	-	1
Quiosques/barracas/vinícolas/outros	5	5	4	1	-	1
Agências de Turismo						
Agências (Emissivas e Receptivas)	-	2	-	1	-	-
Agências Emissivas	1	1	-	1	-	-
Agências Receptivas	1	3	2	1	-	-

Tabela 2 - Quantidade dos Prestadores de Serviços Turísticos

Fonte: Pieri (2014); Cadastur (2021); Google Maps (set/2021).

Os hotéis e restaurantes concentram-se em Nova Veneza, tendo como característica atender a um público mais exigente. Boa parte dos roteiros de cicloturismo passam pela praça central de Nova Veneza, pois ela serve de ponto de encontro e parada para alimentação. Algumas iniciativas locais de associações e agências de turismo procuram divulgar rotas e roteiros de cicloturismo, buscando estreitar o apoio entre as secretarias municipais de turismo.

É importante notar o crescente número de agricultores familiares que possuem em sua propriedade rural hospedarias/pousadas com restaurante, a simultaneidade de restaurante, camping ou hospedaria em sítio com pesque e pague, trilha até cachoeira ou escalada nos municípios de Siderópolis e Treviso. Além disso, por meio de aplicativos de hospedagem, verifica-se uma variedade de casas no meio rural para locação temporária em Treviso, seguindo o momento expansivo de Lauro Müller em atendimento aos fluxos turísticos até a Serra do Rio do Rastro.

Os atores sociais para desenvolver o turismo que estão presentes no território de Nova Veneza, Siderópolis e Treviso, referem-se a: empresas turísticas, agricultores familiares com pousadas/hospedarias, proprietários de pontos de interesse (restaurantes, cachoeiras, pesque e pague, trilhas, escalada e rapel), associações ligadas ao turismo, gestores públicos municipais, entidades ligadas à Rebio do Aguai e cooperativas de agricultores familiares.

O cicloturismo é um segmento de mercado que pode gerar o aumento da estadia

dos visitantes que chegam a Nova Veneza, Siderópolis e Treviso. O tempo de duração para percorrer os roteiros, define o uso de meios de hospedagem por parte dos praticantes de cicloturismo, como um local de estacionamento de veículos e apoio para descanso em pelo menos um ou dois pernoites (SERRANO; CESAR; PRADO, 2015). Faz-se necessário entender como o cicloturismo é praticado, dentre os seus principais atrativos, pontos de encontro e de parada frequentes e a organização/articulação entre os atores sociais, visando apoiar possíveis ações de planejamento e gestão territorial.

METODOLOGIA

A pesquisa é qualitativa no sentido de analisar os significados das ações e das relações humanas, nos quais os atores sociais interagem de acordo com leis causais em que a realidade consiste nas estruturas e instituições identificáveis. Primeiro, obtém-se o real pelos dados brutos e depois os dados subjetivos que só podem ser compreendidos por meio dos dados brutos (MINAYO, 2001).

Foram adotados alguns princípios da metodologia de hierarquização dos atrativos turísticos da Organização Mundial de Turismo e do Centro Interamericano de Capacitação Turística (CICATUR), adaptado pelo Ministério do Turismo (2007). A matriz conceitual está estruturada no potencial de atratividade somada a critérios de desempenho, como o grau de uso e a representatividade, além do apoio local, a conservação, a infraestrutura e o acesso.

A realidade sobre o cicloturismo na área em estudo, é proposta por meio da análise das frequências e hábitos dos usuários do aplicativo *Strava* e do streaming *Youtube* com o cruzamento de informações para mapear os atrativos turísticos, pontos de parada e de encontro entre os três municípios.

A discussão é realizada por meio de proposições, que são declarações afirmativas para sugerir questões reais e inteligíveis visando representar relações abstratas entre coisas, fatos, fenômenos ou processos (MINAYO, 2001). A articulação dos atores sociais na área estudada auxilia a entender a organização dos roteiros turísticos na paisagem rural e natural.

RESULTADOS

A roteirização é formada pelo aproveitamento da paisagem reunindo os atrativos pitorescos, pontos históricos, aspectos econômicos e socioculturais que se agrupam ao longo do itinerário, os quais são incluídos no roteiro turístico a infraestrutura e os serviços que tornem possível o deslocamento (BAHL, 2004). Os roteiros de cicloturismo passam a serem denominados nos aplicativos de celular e pelos usuários como “rota” ou “ciclorrota”, o que na verdade corresponde a uma parte de determinada rota turística. Nesse sentido, os atrativos turísticos e a circulação de visitantes nos percursos circulares ou trajetos

proporciona uma dinâmica entre o aproveitamento da paisagem e o desenvolvimento econômico local.

Aos critérios de roteirização, o potencial de atratividade e o grau de uso no cicloturismo envolvendo os três municípios, tendo como ponto de partida Nova Veneza devido à sua infraestrutura e acesso, compreende uma significativa variação de roteiros de bicicleta, os quais o percurso ida e volta resulta em opções de um passeio a cada dia (Quadro 3):

Ponto de Chegada	Distância de Nova Veneza	Grau de dificuldade	Serviços próximos
Cachoeira do Salto Branco	23 ou 30 km (pelo centro Siderópolis e Treviso)	alto	restaurantes e pousadas
Cachoeira do Cirenaica	20 km ou 30 km (passando pelo centro Treviso)	alto	restaurantes e lanchonetes
Gruta da Serrinha	17 ou 21 km (com vinícola)	alto	vinícola, pousadas e restaurantes
Cascata do Sertãozinho	17 km	médio	restaurantes e vinícola
Casas de Pedra e Caravaggio	15 km (circular)	médio	restaurantes e bares noturnos
Barragem do Rio São Bento	8 ou 21 km (circular por São Bento Alto)	baixo	vinícola, restaurantes e pousadas

Quadro 3 - Principais pontos de chegada dos cicloturistas

Fonte: os autores (2021).

Os graus de dificuldade variam conforme o nível de elevação, ou seja, a relação de subidas e descidas. Ressalta-se ainda, a possibilidade de parada na Cachoeira Bianchini em um roteiro circular de Nova Veneza-Jordão-Cachoeira Bianchini-Barragem-Santuário Aguai com grau médio em 22 km. A Cachoeira do Rio Manin está distante 12 km de Nova Veneza, sob grau médio, incluído como um ponto de parada em alguns roteiros. É importante destacar a divulgação de duas outras “ciclorrotas” circulares³ com atrativos histórico-culturais, as quais os seus criadores/guias buscam apoio de associações, secretarias municipais de turismo, agências de turismo, grupos em redes sociais e oficinas especializadas em Criciúma e outros municípios.

A proximidade na paisagem com as áreas mais escarpadas em direção à Rebio do Aguai define os pontos de chegada, os quais alguns se tornam impróprios para alcançar pedalando todo o caminho: Cachoeira do Salto Branco, Trilha dos Dois Dedos, Pedra/Janela Furada, Salto da Serrinha, Cachoeira da Clínica ou Três Quedas e Cachoeira das Bromélias (Figura 2).

3 Ciclorrota do Gemellaggio - <https://www.youtube.com/watch?v=3ezMGYpj0s0&t=10s>; e Ciclorrota Nova Veneza – Belluno – Treviso - <https://m.facebook.com/2058491084371210/videos/667463420771117/>

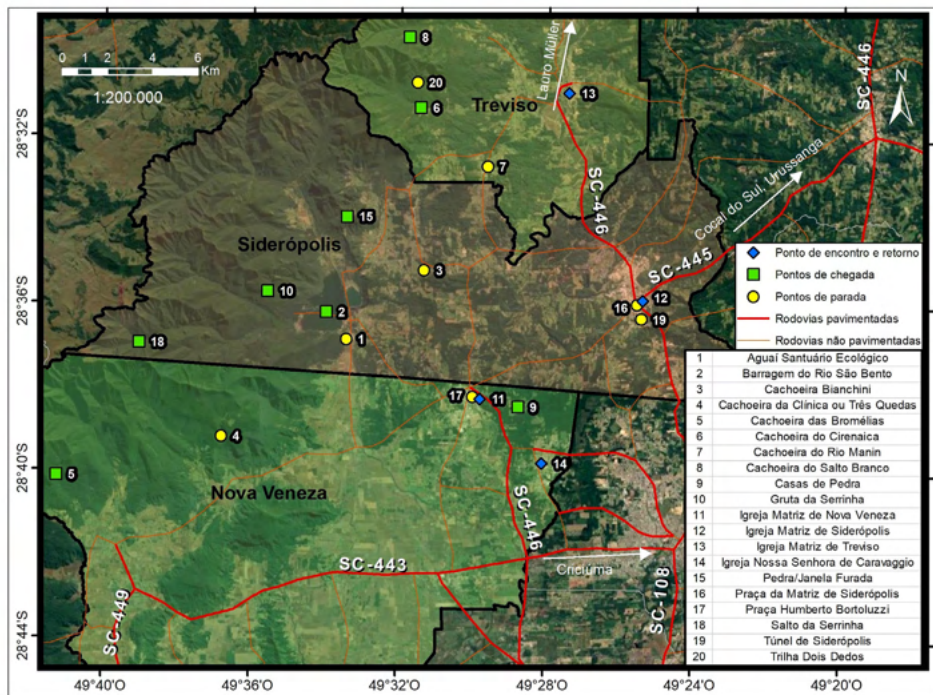


Figura 2 - Pontos de interesse dos atrativos para o cicloturismo

Fonte: IBGE, 2020. Base Cartográfica Vetorial Contínua do Estado de Santa Catarina na Escala 1:25.000.

Os pontos de encontro e retorno são geralmente próximos de igrejas onde possuem estacionamento, padaria/lanchonete e sanitários. Apesar da diferença nos tipos de pneus e outros equipamentos recomendados para estradas asfaltadas e não pavimentadas, é comum que os trajetos escolhidos sejam mistos com o uso de mountain bike (MTB). Na busca por uma variação de percursos, os grupos atravessam pontilhões de madeira, trilhas íngremes ou dentro de plantações agrícolas.

DISCUSSÃO

Consideram-se os operadores de cicloturismo como empresas de baixo custo (Aliança Bike, 2021), uma vez que prestam serviços e fomentam a venda de produtos e acessórios com valor agregado, porém, geram a oferta turística por meio de apoio logístico e divulgação. O planejamento dos três municípios para dar maior visibilidade aos atrativos turísticos perpassa pela organização dos atores sociais públicos e privados, além de melhorias na sinalização e acessos viários. O cicloturismo é um segmento diferenciado e que sai do convencional *Walking Tur Nova Veneza*, divulgado como produto turístico de Santa Catarina (Figura 3).



Figura 3 - Cicloturismo até a Barragem do Rio São Bento

Fonte: os autores (maio/2021).

Depreende-se que os meios de hospedagem específicos para o cicloturismo apresentam grande potencialidade, pois as pousadas rurais podem receber adaptações visando atender grupos desse segmento, como Silva e Leite (2020) identificam a importância de agregar novos espaços ao *layout* do empreendimento turístico, como bicicletários fechados, acesso separado ao ciclista, quartos para grupos, lavagem e secagem de roupas, espaço para manutenção e limpeza da bicicleta, além de aluguel de bicicletas como opcional.

A pouca inserção de informações no Cadastur (2021), apontam a necessidade da profissionalização turística nos três municípios, uma vez que são exigidos guias habilitados para o turismo de aventura os quais seguem normas e especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e do Ministério do Turismo (Mtur). Em estudos anteriores, identificou-se a preocupação com a segurança dos visitantes, pois muitos atrativos como cachoeiras, grutas, trilhas, paredões de escalada e rapel, são locais isolados em propriedades privadas e de difícil acesso para salvamento (FATMA, 2009).

CONCLUSÃO

Da mesma forma que a paisagem rural e natural proporcionam as condições para manter as atividades agrícolas, também coloca em evidência um ambiente ideal para a prática do cicloturismo. Daí a importância do planejamento e gestão territorial, já que a pluriatividade rural é uma das características dos pequenos empreendimentos turísticos que vem sendo desenvolvidos.

Entende-se que a “rota natural” entre Nova Veneza, Siderópolis, Treviso, Lauro Müller, Orleans e Urussanga, de modo a integrar a Rebio do Aguai com as proximidades da Serra do Rio do Rastro, vem sendo utilizada por meio dos roteiros de cicloturismo, tendo Nova Veneza, Urussanga e Orleans como centros de convergência. Assim, a proximidade de Nova Veneza com Siderópolis e Treviso torna frequente a chegada de praticantes de cicloturismo atraídos pelos diversos pontos de parada em cachoeiras, grutas, monumentos, edificações históricas ou religiosas, entre outros.

As políticas públicas de turismo que vem sendo estabelecidas pretendem associar o interesse turístico pelas áreas limdeiras à Rebio do Aguai com o cicloturismo, o que demanda um conjunto de ações integradas entre os três municípios. Verificam-se gargalos a serem resolvidos, como a capacitação para o turismo de aventura dos pequenos empreendimentos, além das melhorias de acesso viário e sinalização.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. 2.ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

ANJOS, Flávio Sacco dos. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO SETOR DE BICICLETAS - ALIANÇA BIKE. **Cicloturismo brasileiro sobrevive à pandemia e enxerga o futuro com otimismo**. São Paulo, 03 de julho de 2021. Disponível em: <https://aliancabike.org.br/cicloturismo-brasileiro-sobrevive-a-pandemia-e-enxerga-o-futuro-com-otimismo-bicicleta-news-especial/> Acesso em: 30 ago 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO SETOR DE BICICLETAS - ALIANÇA BIKE. **Venda de bicicletas no Brasil tiveram aumento de 118% em julho**. São Paulo, 31 de julho de 2020. Disponível em: <https://aliancabike.org.br/vendas-em-julho/> Acesso em: 30 ago 2021.

BAHL, Miguel. **Viagens e roteiros turísticos**. Curitiba: Prottexto, 2004.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo 2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/> Acesso em: 04 set 2021.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **População**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/> Acesso em: 04 set 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA. **Download de dados geográficos**. Disponível em: <http://mapas.mma.gov.br/i3geo/datadownload.htm> Acesso em: 11 set 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO - MTUR. **Cadastur**. Disponível em: <https://cadastur.turismo.gov.br/hotsite/#!/public/sou-turista/inicio> Acesso em: 05 set 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO - MTUR. **Governo federal estrutura trilhas de longo curso e desenvolve cicloturismo no país**. Brasília, 19 de agosto de 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/governo-federal-estrutura-trilhas-de-longo-curso-e-desenvolve-cicloturismo-no-pais> Acesso em: 30 ago 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO - MTUR. **Roteirização Turística**. Brasília, 2007. Disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/roteiros_brasil/roteirizacao_turistica.pdf Acesso em: 30 set 2021.

FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE SANTA CATARINA – FATMA. **Plano de manejo da Reserva Biológica Estadual do Aguaiá**. Relatórios temáticos de ecoturismo, uso público e eventos participativos. v.5. Florianópolis: FATMA, Socioambiental Consultores, 2009.

GONÇALVES, Maria Laura R. **O cicloturismo como uma ferramenta estratégica para o desenvolvimento territorial de Nova Veneza – SC**. Dissertação (Mestrado). Universidade do Estado de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental, Florianópolis, 2018.

Google Maps. Disponível em: maps.google.com/ Acesso em: 05 set 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **ODS 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods8.html> Acesso em: 31 ago 2021.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Unidades de Conservação no Brasil. **Reserva Biológica do Aguaiá**. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/pt-br/arp/1155> Acesso em: 04 set 2021.

MASTELLA, André F. M. FARIAS, Jean Lucas P. de. Espacialização dos atrativos turísticos do portal de turismo de Nova Veneza, Santa Catarina: um ensaio. **Revista Tecnologia e Ambiente**. V.26. Criciúma, 2020, p.18-31.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001, p.09-31.

PIERI, Ricardo. **Integração regional do turismo dos municípios da AMREC - Associação dos Municípios da Região Carbonífera do Sul do Estado de Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais, Criciúma, 2014.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4.ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SCARABELOT, Maristela; SCHNEIDER, Sérgio. As cadeias agroalimentares curtas e o desenvolvimento local: um estudo de caso no território de Nova Veneza/SC. In: ESTEVAM, Dimas de Oliveira.; MIOR, Luiz Carlos. (orgs.). **Inovações na Agricultura Familiar**: as cooperativas descentralizadas em Santa Catarina. vol. 1., 1. ed. Florianópolis: Editora Insular, 2014, p. 229-260.

SERRANO, Célia.; CESAR, Luis Felipe.; PRADO, Marcio C. do. Cicloturismo: mobilidade, estilo de vida e experiência. In: PANOSSO NETTO, Alexandre.; ANSARAH, Marília G. dos R. **Produtos turísticos e novos segmentos de mercado**: planejamento, criação e comercialização. São Paulo: Manole, 2015, p.339-350.

SILVA, Jeane A. da.; LEITE, Leandro S. Sistematização de diretrizes projetuais para meios de hospedagem personalizados para cicloturistas com incentivo à ciclomobilidade. In: MIGLIORINI, Jeanine Mafra. **Arquitetura e urbanismo**: competência e sintonia com os novos paradigmas do mercado. v. 2. Ponta Grossa: Atena, 2020, p.60-68.

STEFANI, Cláudia. **Elaboração de Roteiros Turísticos**: do planejamento a precificação de viagens. Curitiba, PR: Intersaberes, 2014.



